



ATA DA 373ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1

2 No dia vinte e quatro de maio de 2013, no auditório da Secretaria da Indústria,
3 Comércio e Mineração - Sicm, realizou-se a tricentésima septuagésima terceira
4 reunião ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente – Cepram. Esteve
5 presente o conselheiro Eugênio Spengler, presidente, Mariana Mascarenhas, Eliuda
6 Soares, Marília Gavazza da Secretaria Executiva, Mariana Vidal da Assessoria
7 Especial representantes da Secretaria do Meio Ambiente – Sema e demais
8 membros integrantes deste Conselho: Marcos Gonçalves – Seinfra, Aline Proença –
9 Sicm, Ana Paula Meira – Sedur, Claudio Carilo Magalhães – Copiba, Sergio Bastos
10 – Sinpeq, Guilherme Moura – Faeb, José Cisino - Aiba, Iglésias Cabalero – Sindicato
11 dos Trabalhadores do Ramo Químico Petroleiro do Estado da Bahia, Giovanna
12 Carozzo – Petrobrás, Irundi Edelweiss – Fieb, Josemário Martins – Sindicato de
13 Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santo Amaro, Almir Requião – Manguezal
14 Meu Quintal, Melquiades Oliveira – Cepedes, Kátia Lima – Seagri, Romeu Temporal
15 – Seplan, Ricardo Cassamassimo – Sindpacel, José Roberto Celestino – Sinaenco,
16 Tatiane Simões – Paisartt Construtora, Martin Mayr – Ades, Agnaldo Neto – Ahseb,
17 Edvalda Aroucha – Agendha, Miguel Accioly – Ufba., Claudio Mascarenhas –
18 Germen. A conselheira Mariana Mascarenhas cumprimentou a todos e como havia
19 *quorum* regimental a sessão foi aberta. Constaram em pauta: apreciação da ata da
20 372ª reunião ordinária; relato de processos adiados, diligenciados e novos. A
21 conselheira Mariana Mascarenhas registrou que a ata não seria aprovada em virtude
22 de alterações enviadas pelo conselheiro Daniel Barreto no dia anterior a esta
23 reunião; colocou em apreciação os Processos adiados: Processo nº 2009-
24 025434/TEC/AIMU-0506 - Panificadora Ki Delícia no município de Brumado
25 referente ao auto de infração de multa no valor de R\$ 5.000,05 (cinco mil e cinco
26 centavos) por está em atividade sem licenciamento ambiental. O conselheiro relator
27 Miguel Accioly apresentou voto pela manutenção da penalidade. Processo nº 2010-
28 007406/TEC/AIMU-0227 – Frigorífico Regional de Barreiras Ltda., município de
29 Brumado referente ao auto de infração de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil
30 reais) por operar equipamentos sem a necessária licença ambiental. O conselheiro
31 José Cisino apresentou voto pela manutenção da penalidade; pediu destaque para

7 1

32 registrar que o empreendimento se tratava de uma associada da AIBA. Processo nº
33 2009-032841/TEC/AIEM-0057 – Adil Arlindo Manjabosco município de Formosa do
34 Rio Preto referente ao auto de infração de embargo temporário por obra de
35 construção de canal para desvio de parte de águas do instalado em APP e outros. O
36 conselheiro relator Irundi Edelweiss manteve o adiamento, justificou não ter recebido
37 a convocação com antecedência. Passou a apreciação de processos diligenciados:
38 Processo nº 2007-005051/TEC/AIMU-0230 - Eduardo Humberto Oliveira Barbosa
39 município de Coração de Maria referente ao auto de infração de multa por supressão
40 de vegetação e extração mineralógica em APP do Rio Pojuca sem licenciamento
41 ambiental no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). O conselheiro relator
42 Guilherme Moura registrou que havia algumas pendências de informações por parte
43 do Inema, portanto solicitou manter o diligenciamento da matéria. Processo nº 2008-
44 012772/TEC/AIEM-0050 – Antonio Teixeira de Carvalho município de Santa Maria
45 da Vitória referente ao auto de infração de embargo por intervenção em Área de
46 Preservação Permanente do Rio Corrente sem autorização ambiental. Conselheiro
47 relator Marcello Nunes. A conselheira Kátia Lima registrou que a diligência ainda não
48 havia sido atendida, portanto a diligência será mantida. Passou para a apreciação de
49 Processos novos: 1420130041690 – Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do
50 Cepram referente à proposta de alteração do Regimento interno. A conselheira
51 relatora Mariana Vidal solicitou que fosse invertida a pauta para aguardá-la, pois
52 estava em outro compromisso. Passou ao Processo nº 2008-005439/TEC/AIMU-
53 0312 – Agro Unione Ltda., município de Ibirapuã, referente ao auto de infração de
54 multa no valor de R\$ 52.900,00 (cinquenta e dois mil novecentos reais) por
55 implantação e o manejo do projeto agrícola na Fazenda Carioca sem as necessárias
56 autorizações ambientais e outros. O conselheiro relator Melquiades Oliveira pediu
57 diligência à matéria justificando não ter acessado os autos do processo; reiterou
58 pedido de informação do Inema sobre quantitativo dos processos recursais e
59 tramitação para submeter à apreciação deste Conselho. Processo nº 2010-
60 012404/TEC/AIMU-0442 – Indústria Química Cajazeira Ltda., município de Aracatu
61 por ausência de licença ambiental e descumprimento da Notificação e outros. O
62 conselheiro relator Daniel Barreto estava ausente; encaminhou voto pela
63 manutenção da penalidade e todos concordaram. Processo nº 2008-
64 007070/TEC/AIAD-0374 – José Domingos Roza no município de Salvador referente
65 ao auto de infração de advertência por exercer atividade em imóvel rural sem as
66 necessárias anuências, autorizações quando a elas sujeitas e em desacordo com

67 preceitos estabelecidos pela Legislação de controle ambiental. O conselheiro relator
68 Ailton Araujo encaminhou voto pela manutenção da penalidade. O conselheiro
69 Iglesias Cabalero fez a leitura do voto e como não houve nenhum destaque todos
70 concordaram com a sugestão do relator. Em seguida a conselheira Mariana
71 Mascarenhas retomou o item da pauta referente ao Processo da proposta de
72 Regimento Interno, no qual associou um encaminhamento feito pelo conselheiro
73 Daniel Barreto através de ofício com vários considerando relacionados a
74 procedimentos que diz respeito ao Regimento; fez a leitura do citado ofício; salientou
75 que um dos pontos questionado e reivindicado se referiu à demora de depósito de
76 recursos através da diária solicitada o que impossibilitou a sua participação nesta
77 reunião; a conselheira Mariana Mascarenhas esclareceu que, conforme
78 procedimentos internos da Secex em comunhão com as normas estabelecidas tanto
79 pela Secretaria da Administração do Estado da Bahia - Saeb assim como a área
80 administrativa e financeira da Sema, o então conselheiro não atendeu o prazo
81 interno de envio da Solicitação, conforme estabelecido pela Secex; registrou que a
82 informação do mesmo do não recebimento de pagamento de diária, em tempo hábil,
83 não caberia; salientou que, com relação a Solicitação de formar uma Câmara
84 Técnica a fim de normatizar todo procedimento de pagamento de diária para
85 colaborador eventual dos Colegiados, em sua opinião o assunto em questão seria
86 passível de uma conversa entre os membros, por não ser competência deste
87 Colegiado definir normas para procedimentos administrativos; relatou que, com
88 relação a Solicitação de retirada do item de pauta do processo referente a proposta
89 de Regimento Interno, alegando que por motivos de sua participação ter sido
90 inviabilizada, a mesa discordava tendo em vista a constatação do envio fora do
91 prazo estabelecido pela Secex. Com relação ao processo de proposta de alteração
92 do Regimento Interno, a conselheira Edvalda Aroucha comentou que, em função da
93 observância de alguns artigos necessitando de aprimoramento, manifestava pedido
94 de vistas a matéria para maior tempo de apreciação e contribuição. Em seguida a
95 conselheira Mariana Mascarenhas registrou que os conselheiros Guilherme Moura,
96 Irundi Edelweiss, Josemário Martins, Sergio Bastos e Aline Proença também
97 manifestaram pedido de vistas. O conselheiro Iglesias Cabalero fez observações
98 quanto ao pedido de vistas por mais de um membro deste Conselho, considerando o
99 prazo regimental para contribuições individuais ou em grupo. A conselheira Mariana
100 Mascarenhas ressaltou que o parecer deverá ser comum;
101 registrou que a Secex aguardará sugestões de data para os solicitantes se reunirem.

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

102 O conselheiro Josemário Martins se referiu a proposta de adotar o método de
103 sorteios para distribuição de processos destinados a relatoria; sugeriu que os
104 membros que representam o setor empresarial possam contribuir com as alterações
105 desse Regimento; propôs que o Regimento fosse discutido em pauta específica, de
106 reunião extraordinária. O conselheiro Claudio Mascarenhas fez colocações quanto o
107 método de trabalho adotado pelo Colegiado, considerando o custo-benefício para os
108 membros residentes fora da Região contribuindo para um esvaziamento das
109 reuniões; reforçou a criação da Câmara Recursal de imediato para discutir a
110 mudança da Lei; citou outros temas a serem discutidos, a exemplo da política do
111 Estado da Bahia com relação ao uso de Agrotóxico; reiterou solicitação manifestada
112 pelo conselheiro Renato Cunha sobre o Processo de re-gaseificação da Petrobrás. A
113 conselheira Mariana Mascarenhas retratou que a pauta do Cepram não se constrói
114 tão somente em momento plenário; disse que a proposta era trabalhar em Câmara
115 Técnica; citou o exemplo recente da convocatória da reunião da CT GAC cuja pauta
116 específica era discutir a proposta de Resolução que dispõe sobre impactos
117 ambientais local nos municípios, e não ocorreu por falta de *quorum*; enfatizou que as
118 sugestões de criação de Resoluções sobre normatizações não deve ser
119 exclusivamente de responsabilidade do Sistema de Meio Ambiente, as propostas
120 devem ser elaboradas e apresentadas também pelos membros integrantes deste
121 Conselho através das Câmaras Técnicas para discussão; registrou que, com relação
122 à solicitação de acesso ao processo da Petrobrás o mesmo se encontrava na
123 Secretaria Executiva e o conselheiro Renato Cunha já havia sido informado. O
124 conselheiro Eugênio Spengler tomou a palavra e falou que concordava com as
125 reivindicações do conselheiro Claudio Mascarenhas; colocou que essa atuação foi
126 iniciada com as reuniões conjuntas, ao tempo em que alguns conselheiros
127 questionaram quanto ao número de reuniões convocadas; disse que as discussões
128 pleiteadas estão acontecendo; justificou que o Projeto do ZEE estava pendente de
129 uma preliminar a ser encaminhada à consulta pública para possíveis modificações e
130 será discutido nos Conselhos Setoriais; afirmou que o ZEE se tratava de uma
131 política de meio ambiente e desenvolvimento do Estado, considerando ser um
132 conjunto da sociedade e não deve ser apresentado de qualquer forma; ressaltou que
133 havia outros assuntos referentes a ações, em andamento, que deverão ser
134 apresentados; disse que existia uma pendência referente às questões de recursos
135 hídricos a ser discutida numa reunião conjunta. O conselheiro Claudio Mascarenhas
136 se retratou com relação as suas reivindicações, ressaltando ser diretamente ao

137 Governo do Estado; perguntou se teria condições de criar a Câmara técnica recursal
138 a partir daquele momento. O conselheiro Eugênio Spengler esclareceu que seria
139 necessária a apresentação da proposta de Resolução para discutir composição e
140 atribuições da Câmara Técnica proposta, pelos próprios membros deste Conselho. A
141 conselheira Mariana se lembrou da reunião conjunta com ConCidades ocorrida na
142 semana anterior, na qual foi discutida a questão do saneamento básico, a minuta do
143 Decreto que está em consulta pública até o dia 31 de julho de 2013, no sítio da
144 Sedur; disse que poderá ser acessado para manifestações de contribuições;
145 ressaltou que a proposta de pauta para próxima reunião conjunta, além da
146 discussão sobre recursos hídricos se prevê a questão da cobrança pelo o uso de
147 recursos hídricos e do o sistema de outorga do que existe no Estado; informou que
148 ocorreu uma reunião da Comissão Tripartite com finalidade de reorganizar essa
149 Comissão; disse que um dos temas discutido com mais cuidado foi a minuta de
150 Resolução de impacto local; informou que a Secex ficará responsável por essa
151 Comissão. O conselheiro Josemário Martins sugeriu que fosse convidada a Cerb a
152 apresentar quais seriam os impactos da Barragem do Rio Coxó para os agricultores
153 e Comunidade Quilombola. O conselheiro Romeu temporal informou que a Seplan
154 estava realizando no município de Jequié o IX Diálogo Territorial para prestação de
155 contas de toda a política de Governo e ação pública naquele Território discutindo
156 com a sociedade organizada representada; disse que existia uma política de
157 planejamento territorial priorizada; informou que, com relação ao ZEE a Seplan
158 estava envolvendo todo corpo técnico para fins de se apropriar internamente do que
159 já fora produzido pelo Consórcio; o projeto será apresentado para discussão pública,
160 em seguida as audiências públicas com previsão de ser concluído até o mês de
161 agosto, após será submetido a Assembléia. O conselheiro Melquiades Oliveira
162 solicitou informações sobre a Conferência Estadual do Meio Ambiente. O
163 conselheiro Eugênio Spengler informou que os Delegados e Suplentes eleitos na
164 Conferência Estadual se reunirão e representarão a Bahia na Conferência Nacional;
165 disse que talvez haja uma reunião regional para se discutir a temática da
166 Conferência Nacional; registrou que estava previsto para o mês de outubro de 2013,
167 a realização do 2º Encontro Estadual de representantes de Colegiado Estadual de
168 Meio Ambiente e Recursos Hídricos. O conselheiro Melquiades Oliveira reforçou que
169 será realizada no dia 27 de maio de 2013, próximo, a Conferência Municipal no
170 município de Eunápolis; ressaltou a participação do Secretário de Meio Ambiente,
171 Eugênio Spengler nesse evento. A conselheira Edvalda Aroucha fez colocações



172 quanto ao incentivo de criação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente;
173 recomendou que o Cepram ratificasse e fortalecesse a decisão da Secretaria em
174 relação à questão do Agrotóxico; falou sobre a organização das Conferências de
175 Desenvolvimento e Sustentabilidade Local. Após o término desta reunião, a
176 conselheira Mariana Mascarenhas fez uma breve reunião com alguns membros
177 integrantes, representantes da Sociedade Civil para alguns esclarecimentos e ajuste
178 sobre a questão dos procedimentos administrativo interno que dizem respeito à
179 logística para o deslocamento de conselheiros sediados fora da Capital. Sem mais
180 nada a ser discutido, a sessão foi encerrada. Eu, Eliuda Soares lavro esta Ata que
181 vai assinada por mim e os demais membros integrantes deste Colegiado. Salvador,
182 24 de maio de 2013.

183 **Presidente:** Eugênio Spengler

184 **Secretária Executiva:** Mariana Mascarenhas

185 **Membros:**

186 Agnaldo Neto – Ahseb

187 Almir Requião – Manguezal Meu Quintal

188 Aline Proença – Sicm

189 Ana Paula Meira - Sedur

190 Claudio Carilo Magalhães – Copiba

191 Claudio Mascarenhas – Germen

192 Edvalda Aroucha - Agendha

193 Guilherme Moura – Faeb

194 Giovanna Carrozzo - Petrobrás

195 Iglésias Cabalero – Sind. dos Trab. do Ramo Químico Petroleiro do Estado da Bahia

196 Irundi Edelweiss - Fieb

197 José Cisino - Aiba

198 José Roberto Celestino – Sinaenco

199 Josemário Martins – Sind. de Trab. e Trab. Rurais de Santo Amaro

200 Kátia Lima – Seagri

201 Marcos Gonçalves – Seinfra

202 Martin Mayr - Ades

203 Melquiades Oliveira – Cepedes

204 Miguel Accioly – Ufba.

205 Ricardo Cassamassimo – Sindpace

206 Romeu Temporal – Seplan

207 Sergio Bastos – Sinpeq

208 Tatiane Simões – Paisart Construtora

209 **Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais:**

210 Marília Gavazza

211 Eliuda Soares

212 **Assessoria Especial:**

213 Mariana Vidal